



DRAFT

----- **Mandato 2017/2021** -----

----- **Conferência de Representantes dos Grupos Municipais** -----

----- **Ata Número Dois** -----

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e dezassete reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo. -----

----- Às catorze horas e trinta minutos, a Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Proposta de apoio técnico e político aos Grupos Municipais e Deputados Independentes (doc 1) -----
2. Proposta de atualização da grelha B do Regimento - grelha do PAOD – (doc 2) -----
3. Proposta de criação de Grupo de Trabalho para revisão do Regimento para o mandato 2017-2021 (doc 3) -----
4. Número e âmbito do elenco de Comissões Permanentes para o mandato 2017-2021 e eventuais propostas de alteração (doc 4) -----
5. Convocação de reunião extraordinária do Conselho Municipal de Segurança de Lisboa (proposta do CDS-PP) – (doc 5)-----
6. Debates Temáticos -----
- Carta de Lisboa (proposta da Presidente)-----
- Insegurança Noturna na Cidade de Lisboa (proposta do PSD) – (doc 6)-----
7. Calendário das reuniões da AML até final de 2017 (doc 7)-----
8. Outros assuntos. -----

----- **A Senhora Presidente** deu início aos trabalhos, informando que tinham recebido uma mensagem da Câmara Municipal, dizendo que, ainda, estavam em reunião e, por essa razão, não podiam estar ali presentes. A Câmara avisou que tinha iniciado a reunião ao meio dia e meia e, ainda, não tinha terminado. Pelo que se houvesse alguma matéria, depois, a Mesa iria articular com a Câmara Municipal. -----

Ponto 7 – Calendário das reuniões da AML até ao final de 2017 (doc 7) -----

----- **A Senhora Presidente** solicitou que os trabalhos tivessem início pelo último ponto da ordem de trabalhos, o calendário das reuniões, pois tinha que ser marcada uma sessão, e tinham que articular a mesma. -----

----- Referiu que costumava fazer os calendários da seguinte maneira: por base no Regimento com a previsão de reuniões, umas eram todos os meses, outras eram de três em três meses, outras eram de seis em seis meses, marcavam-se logo que era para, depois, terem tempo de fazer tudo, porque se as coisas não fossem feitas com a devida



antecedência, todas as semanas apareciam novas situações que os obrigavam a atrasar as coisas.-----

----- Portanto, o que tinha marcado para novembro, e conforme tinha combinado com os presentes, era que não se iria marcar sessão para o dia sete de novembro. Para catorze de novembro, afirmou que eram obrigados a ter uma reunião ordinária, em novembro, e havia duas leis diferentes sobre aquela matéria; a Lei das Competências que dizia que a sessão ordinária de novembro se destinava a discutir os instrumentos previsionais, ou seja, o orçamento e o plano. A sessão ordinária podia ter várias reuniões, podia continuar em dezembro, enfim, acabava quando acabasse. Mas a Lei das Finanças Locais, e gostaria de começar por ali, dizia que, no artigo 45º, nos casos em que as eleições para o Órgão do Executivo Municipal ocorram entre trinta de julho e quinze de dezembro, a proposta de Orçamento Municipal para o ano económico seguinte era apresentada no prazo de três meses, a contar da data da respetiva Tomada de Posse. -----

----- Garantiu **a Senhora Presidente** que já tinha questionado a Câmara quando é que pensavam apresentar o orçamento, sendo que o Senhor Vereador das Finanças tinha respondido que estava a fazer os possíveis para levar o orçamento à reunião de Câmara, ainda, em dezembro, dia quinze, talvez. -----

----- A Assembleia tinha uma previsão de uma reunião em dezembro, dia dezanove, que era a última semana possível pois na semana seguinte já se meteria o natal, e a Assembleia não costumava fazer reuniões nessa altura, pelo que iria aguardar por uma resposta da Câmara. Mas tinha marcado uma reunião ordinária que poderia começar a catorze, catorze ou vinte e um, tanto fazia. Tinha colocado a catorze porque a sessão ordinária, conforme dizia a lei, tinha um período de PAOD, onde os partidos políticos podiam apresentar propostas, moções, etc., e portanto, era a primeira sessão do mandato em que seria possível apresentar documentos no sentido de tomar posições políticas, e pensou que faria sentido, logo, naquela primeira reunião. Mas se entendessem as coisas de forma diferente, que fizessem o favor de dizê-lo. -----

----- Continuou **a Senhora Presidente**, referindo que tinha marcado uma reunião extraordinária para dia vinte e um de novembro, caso tivessem matérias para decidirem. As reuniões extraordinárias só eram marcadas caso existissem matérias para decidirem. No caso de não haver propostas, naquela fase, ainda, não tinham propostas da Câmara logo, não tinham grandes matérias para decidirem mas, de qualquer maneira, havia uma previsão possível. -----

----- Referiu que tinha, igualmente, marcadas duas sessões de debates temáticos uma vez que já existiam duas propostas que iriam ser vistas ali. Teriam era de ver em que é que, exatamente, se materializavam as mesmas. Mas tinha marcado a possibilidade de serem utilizadas aquelas duas semanas, em que não tinham muito trabalho de Câmara, para poderem adiantar aquelas matérias.-----

----- Prosseguiu, dizendo que tinha marcado, também, as declarações políticas. O Regimento da Assembleia referia que as declarações políticas ocorriam uma vez por mês. Nos anos anteriores, tinha-as colocado, sempre, uma vez por mês mas, depois, no final do



mandato, chegou à conclusão de que quando havia uma reunião ordinária não se justificava estar a fazer-se declarações políticas no mesmo mês, porque a sessão ordinária já tinha aquele período de PAOD, período em que, de certa maneira, os partidos políticos aproveitavam para tomar posições políticas. Se entendessem a situação de forma diferente, far-se-ia a coisa diferente mas, pelo menos uma, em dezembro, haveria sempre, poderia ser no dia doze de dezembro, data que tinha a circunstância extraordinária de ser o aniversário das primeiras Eleições Autárquicas da Cidade de Lisboa e, aliás, do país. Mas, não era um número redondo. Tinha sido em 1976, sendo que fazia quarenta e um anos. Não era propriamente, um número redondo, pelo que poderia não justificar-se uma sessão especial, mas veriam depois, quando chegasse a altura, se queriam fazer alguma coisa especial.-----

---- Continuou **a Senhora Presidente**, referindo que havia uma outra data, em novembro, que gostaria de lembrar, essa sim era um número redondo, sendo que poderiam fazer alguma coisa na sessão de vinte e um de novembro, ou trocar a sessão de vinte e um com a de vinte e oito de novembro, porque a vinte e cinco de novembro fazia cinquenta anos que se tinham dado as cheias de sessenta e sete, pelo que poderia justificar-se alguma coisa, ou não, haver alguma intervenção sobre isso, ou não, ou outro tipo de iniciativa. -----

---- Já tinha pedido ao Dr. Paulo Braga que recolhesse informação para ser feita uma pequena exposição.-----

---- Naquela altura, em sessenta e sete, o impacto das cheias não tinha sido, exatamente, em Lisboa, tinha sido na Área Metropolitana, que não se chamava assim, mas eram os argumentos que havia. -----

---- Mudando de assunto, **a Senhora Presidente** ressaltou que tinha uma questão que não sabia como é que a poderia resolver. Assim, pedia a ajuda à Senhora Jurista para que aquela lhe explicasse como é que aquilo se poderia resolver. Então, era assim, a Câmara tinha tomado posse, tinham, todos, tomado posse no dia vinte e seis de outubro, e pensava que, em catorze de novembro, não haveria grande matéria para que fosse feita uma Informação Escrita. As sessões ordinárias tinham que ter no primeiro ponto da ordem de trabalhos a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara. Já tinha acontecido, a pedido da Câmara, no mandato anterior, dentro da mesma sessão ordinária, não na primeira reunião, mas na segunda, ou na terceira reunião, ser discutida a Informação Escrita, naquela altura. Pensava que poderia fazer sentido marcar a Informação Escrita para a segunda vez que reunissem, para que a Câmara pudesse fazer um resumo do que tinha acontecido, em outubro e em novembro. Porque agendar a apresentação daquele documento para catorze de novembro, teria, a Câmara, de fazer um resumo do que se tinha passado no mês de outubro. Ora, presumia que no mês de outubro se tinha passado pouca coisa. Sabia que a Informação Escrita teria de estar agendada, logo, na primeira reunião, mas, não havendo documento escrito, teria de passar a sua discussão para a segunda reunião. O que estava a dizer era uma questão de bom senso. Não fazia sentido pedir à Câmara que fizesse uma Informação Escrita sobre o que



é que se tinha passado no mês de outubro porque, aquela Câmara, aquele Executivo, só tinha tomado posse no dia vinte e seis. Portanto, do dia vinte e seis ao dia trinta e um de outubro, tinham cinco dias para fazer, para descrever o que é que se tinha passado. -----

----- Aquelas eram questões formais, pelo que teria de as colocar ali, porque se aceitassem a data de catorze de novembro, para fazer a primeira reunião ordinária, teria de lá estar a Informação Escrita com a indicação “*logo que seja apresentada pela Câmara Municipal*”, sem que fosse marcada data e, passariam adiante. -----

----- Se, a todos, parecesse bem, manteriam aquele calendário para programarem os trabalhos.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio (MPT)**, agradeceu a atenção, referindo que era a primeira vez que ali estava, e uma vez que existiam aquelas dificuldades em relação ao dia catorze, sugeriu que a reunião ordinária se realizasse no dia vinte e um de novembro. Salientou que, ainda, não havia elementos suficientes para que, a mesma, se iniciasse a catorze de novembro. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que tinha sugerido o dia catorze de novembro porque tinham que tomar algumas decisões, logo, no início do mandato, nomeadamente, fixar o número das comissões, alterar a grelha do PAOD porque o tempo de intervenção era proporcional à representação, e era diferente a representação do presente mandato em relação ao mandato anterior, tinham de criar o grupo de trabalho para o regimento, portanto, aquelas matérias decorriam da própria organização da Assembleia, pelo que não gostaria de estar a atrasar, podendo, as mesmas, serem discutidas naquela primeira reunião, sem grandes problemas. Eram matérias que já tinham estado presentes na anterior Conferência de Representantes, na semana anterior, eram matérias que estavam em discussão, pelo que não gostaria de estar a atrasar tais matérias, sobretudo, pelas comissões, porque daquela forma as propostas da Câmara não eram apreciadas enquanto as comissões não estivessem constituídas. Portanto, era um assunto delicado. Assim, tinha marcado a reunião a catorze, porque achava que seria útil criar-se as condições para que a Assembleia pudesse começar a funcionar, normalmente. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, salientou que aquele assunto dependia da presente reunião, de como a mesma decorresse. Se tudo fosse pacífico, ou grande parte, poderiam realizar a reunião porque era importante que houvesse deliberações. Sugeriu que a reunião de dia catorze passasse a extraordinária. -----

----- **A Senhora Presidente** recordou que a Conferência de Representantes nos termos do Regimento da Assembleia, não era deliberativa.-----

----- Afirmou que a reunião de catorze poderia passar a extraordinária, era só trocar, não teria era o PAOD. A sua questão era que no início do mandato os partidos poderiam querer pronunciar-se, mas logo veriam. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, sugeriu que as declarações políticas poderiam ser agendadas para dia catorze.-----

----- **A Senhora Presidente** confirmou que poderia haver declarações políticas logo na primeira sessão, ao invés de haver PAOD. Também, poderiam optar por aquele modelo.--



----- Poderiam não começar com problemas de expediente e de funcionamento. Os partidos políticos, também, gostariam de se pronunciar. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, declarou que havia uma questão. A Senhora Presidente tinha falado, e bem, das questões formais, e havia uma questão formal mas, também, muito pragmática, que era o modelo de gestão do funcionamento da própria Assembleia Municipal o qual estava dependente de uma reunião ordinária, onde se aprovavam os modelos que estavam ali, em discussão. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que não sabia de tinha de ser ordinária. Provavelmente, não tinha de ser ordinária. Era aquela a questão, não tinha de ser ordinária. E dirigindo-se às Juristas Cidália Marques e Alexandra Lino, colocou-lhes a questão. Confirmou, logo de seguida, que não tinha de ser uma reunião ordinária, que a única obrigatoriedade que tinham era a de realizar uma sessão ordinária, em novembro. ---

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, disse que só havia três documentos, na lei, em que era obrigatório que fossem nas ordinárias.-----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que as sessões ordinárias tinham umas datas marcadas, e obrigatoriamente, em novembro, teria de haver. Portanto, uma das reuniões de novembro teria de ser ordinária. Corrigiu, o Regimento da Assembleia diz novembro, ou dezembro. Uma das leis dizia só novembro, a outra refere ambos os meses, novembro, ou dezembro.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio (MPT)**, indicou que o problema era que aquela grelha, na semana anterior, ainda, não existia. Adaptada mas, ainda, não a versão final.-----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que aquele calendário não existia, era a primeira vez que o colocava para discussão, mas o melhor seria deixar o assunto em aberto e iriam passar às outras matérias.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, disse que o que a lei dizia, relativamente àquele assunto, era que existiam determinados documentos que eram da competência da Assembleia Municipal, e, ou tinham de ser incluídos na ordem de trabalhos de uma ordinária, ou a restante matéria, que era a maior parte da matéria que tratavam, poderia ser, quer numa ordinária, quer numa extraordinária. Portanto, era indiferente se a reunião de catorze de novembro fosse extraordinária, ou não. -----

----- **A Senhora Presidente** continuou referindo que com aquele esclarecimento ficavam assim. Retornariam ao primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

Ponto 1 – Proposta de apoio técnico e político aos Grupos Municipais e Deputados Independentes (doc 1)-----

----- **A Senhora Presidente** referiu que a primeira proposta que dizia respeito à construção dos gabinetes, a tinha colocado em primeiro lugar porque era necessário fazer contratos, e era preciso estabilizar a situação das pessoas, e tudo o mais. -----

----- Havia uma proposta de alteração. E em relação aos quadros que tinham sido apresentados na semana anterior, assinalou que havia um erro num dos quadros e, portanto, o valor final era diferente. E aquele erro deveu-se ao facto de se ter enganado



numa conta, pelo que no total aparecia uma diferença de dois mil euros, ou qualquer coisa assim. Portanto, um dos quadros estava errado. Achava que era o Quadro I porque no Presidente da Junta de Freguesia Parque das Nações estava, exatamente, o número de secretários e o número de assessores iguais aos outros, em que o número de Deputados era um, mas o valor que lá estava relativamente ao assessor era inferior aos outros, pelo que estava errado. -----

----- Continuou, dizendo que havia uma proposta de alteração. Tinha conhecimento que o Partido Socialista lhe tinha enviado um *email*, portanto, o PS que fizesse o favor de apresentar a sua proposta de alteração. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, referiu que, na sequência da intervenção feita na reunião anterior, o PS, relativamente ao conjunto da distribuição aos restantes Grupos Municipais e Deputados Independentes, não tinha nenhuma dificuldade em aceitar a proposta apresentada. -----

----- Relativamente à questão da Mesa, o PS não tinha nada contra o reforço do secretariado da Presidente. Portanto, o PS tinha colocado uma proposta por escrito que tinha um erro, não era a eliminação do ponto 3, era, sim, a alteração do ponto 13 porque, efetivamente, no que dizia respeito ao reforço do secretariado da Senhora Presidente o PS não tinha nada a opor. -----

----- Na verdade, o que pretendiam, e defendiam, era que se mantivesse o apoio dos assessores, um assessor por cada Secretário da Mesa. Era, efetivamente, a única alteração que o PS propunha. -----

----- **A Senhora Presidente** salientou que quem tinha estado presente na última reunião, só o Senhor Deputado José Inácio é que não tinha estado presente e, também, a Senhora Deputada Isabel Pires, mas tinha sido colocado o problema ora em discussão. O Primeiro-Secretário tinha levantado a questão de ter desenvolvido trabalho considerável no exercício das suas funções, e era na sequência daquela intervenção que se colocava, agora, a proposta apresentada pelo PS. Destacou que a mesma alterava os valores globais, mas pensava que a Assembleia não tinha que estar obrigada a cumprir tabelas porque se tratava de uma negociação política com a Câmara, pelo que poder-se-ia propor caso não houvesse objeção. -----

----- Referiu que tinha dado uma informação errada e portanto, gostaria de esclarecê-la ali. A Senhora Deputada Aline tinha utilizado a referida informação na sua intervenção, e aquela informação estava errada. Na Lei das Competências os Secretários da Mesa têm, efetivamente, competências para coadjuvar o Presidente, nomeadamente, na condução dos trabalhos e no expediente. Não tinham tido aquela prática. A prática que tinham tido no mandato anterior, era a de que havia uma parte do expediente que era para dar conhecimento a todos os Senhores Deputados no período do PAOD, e que era tratado pelo gabinete do Senhor Primeiro-secretário. E, portanto, no início das sessões havia sempre uma leitura, em todos os PAOD's, de todo o expediente que tinha chegado. Mas havia muito expediente que chegava todos os dias, sob as mais diversas formas, sobretudo *emails*. Cidadãos, Freguesias, Área Metropolitana de Lisboa, Instituições, Grupos



Parlamentares, que quando o assunto era só para dar conhecimento, colocava-se naquela pasta. Mas quando era preciso responder, tinham de tratar, em conformidade.-----

----- Portanto, o que pedia era que se aquela proposta fosse aprovada, a proposta que o Senhor Deputado José Leitão tinha apresentado, teria que fazer uma reunião com os Secretários da Mesa no sentido de repartir tarefas, ou seja, não concentrar tanto a resposta ao expediente na sua pessoa porque, de facto, os Secretários no mandato anterior não tinham aquele encargo mas, realmente, o expediente tinha crescido muito, não foram só os pareceres das comissões, o expediente tinha crescido de uma forma exponencial. Portanto, havendo aquele apoio achava que fazia sentido haver aquela repartição de tarefas. Fazia todo o sentido, e os Secretários da Mesa estavam disponíveis para o efeito. Felizmente não precisavam de fazer atas porque tinham quem as fizesse. Mas havia outros assuntos que entravam naquele serviço que deveriam ser tratados por todos, enfim, pela Mesa.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, pediu ao Senhor Deputado do Partido Socialista que esclarecesse qual é que era a proposta.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, respondeu que a proposta era no sentido dos Secretários da Mesa manterem o assessor que tinham no mandato anterior. Era manter, no que dizia respeito aos Secretários da Mesa, o que existia anteriormente. -----

----- **A Senhora Presidente** interrompeu, afirmando que seria acrescido de mais um apoio de secretariado para a Presidente da Assembleia.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, continuou dizendo que o mesmo se justificava, por um lado, pelo acréscimo da atividade, e por outro, por aquela vontade dos Secretários assumirem maior responsabilidade no exercício das suas competências. -----

----- **A Senhora Presidente** salientou que aquela situação aumentava os encargos porque muitos dos Deputados Municipais que eram só um, tinham os apoios mais reduzidos e, agora, passavam a dois Deputados e, portanto, para se manter algum equilíbrio teve de se aumentar os apoios. E, era aquela a proposta que estava em cima da mesa. Era uma proposta que não tinha de ser aprovada em Assembleia Municipal, era apenas aprovada em Câmara. Portanto, o que a lei dizia é que era por proposta da Assembleia Municipal, portanto, o que iriam fazer, se houvesse consenso naquele assunto, a proposta seria enviada à Câmara Municipal, dizendo que a Assembleia, ouvida a Conferência de Representantes, propunha a seguinte limitação dos apoios. Tratava-se de tetos máximos, o que não queria dizer que todos gastassem aquilo. Eram tetos máximos, ressaltou.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio (MPT)** referiu que o Partido da Terra não se opunha, obviamente, e considerava os argumentos apresentados válidos.-----

----- No entanto, a proposta que tinha sido apresentada não era muito clara relativamente ao tipo de apoio, ao quantitativo de apoio, técnico e administrativo, por parte da Câmara. Não o referia. Apenas dizia que nos termos da referida proposta, o apoio técnico, era o ponto 6 da proposta.-----



----- **A Senhora Presidente** respondeu que o apoio técnico e administrativo, dentro dos limites fixados, podia ser prestado por trabalhadores do mapa de pessoal, por pessoal de outras autarquias, por acaso aquilo nem estava legal porque a Jurista já tinha chamado a atenção que tal não podia acontecer, porque era somente por pessoal do quadro do Município, ou por pessoal contratado. Assim, a alínea b) tinha de ser eliminada por não ser legal. Aquela proposta era apenas para fixar os limites do pessoal contratado.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio (MPT)** referiu que o problema era que na Deliberação nº 96/AM/2009, vinha exemplificado o número exato de assessores que cada grupo municipal tinha, e assistentes técnicos. Vinha na tabela, mas não vinha no texto, no corpo do enunciado.-----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que como podia haver desdobramentos, o que interessava era o limite mensal.-----

----- Supondo que, com aquele valor, o Partido da Terra resolvia contratar uma só pessoa. Podia fazê-lo. Ou, com o mesmo valor, resolvia contratar cinco. Podia fazê-lo. Cada grupo municipal dividia como entendesse.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** salientou que havia uma coisa importante, o que era aprovado era uma proposta de Câmara. E o que estavam ali a fazer era apenas uma informação que, posteriormente, seria enviada à Câmara e esta, por sua vez, iria elaborar uma proposta com base na informação da Assembleia. Aquilo não era o texto final da proposta da Câmara.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** esclareceu, referindo o seguinte; por analogia, imaginassem que, em 2009, um grupo tinha cinco mil euros e que, em 2017, tinha também cinco mil euros. Em 2009, se quisesse requisitar uma pessoa à Câmara o valor de vencimento dessa pessoa abatia nos cinco mil de *plafond* do gabinete.---

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio (MPT)** salientou que o valor atribuído mensalmente para os grupos municipais tinha a ver com a contratação de pessoal. E não estava a falar daquele assunto.-----

----- **A Senhora Presidente** interrompeu esclarecendo que não se tratava de contratação de pessoal. Tratava-se de avenças.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio (MPT)** referiu que era uma contratação de pessoal através de avenças, muito bem, era um contrato que era efetuado. Mas não era um contrato de trabalho. Era uma avença. Tudo bem. Não iria entrar no pormenor jurídico.-----

----- Continuou, dizendo que havia dois tipos de colaboradores que os grupos podiam ter: os colaboradores avençados, e os colaboradores afetos pelo Município ao Grupo Municipal. E, era daquele assunto que estavam a falar. E a proposta não o referia. Sabia que aquela era uma proposta que ia à Câmara, e a Câmara depois decidiria.-----

----- **A Senhora Presidente** interrompeu dizendo que não referia porque não tinha que referir, só se pedissem. Informou que não havia limite para aquela questão que o Deputado tinha colocado.-----



----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio (MPT)** referiu que, na proposta, dizia com base, enfim, não era claro, que dentro dos limites fixados poderia ser prestado. E perguntava porque não referir como referia a deliberação indicada.-----

----- **A Senhora Presidente** disse que o problema do Senhor Deputado do MPT era que os trabalhadores do município não tinham nenhum limite fixado. Era aquela a questão. Mas poderiam ouvir os serviços jurídicos. Mas, na verdade, é que não era costume. Havia em 2009. No mandato anterior, não havia e não tinham pedido que o referido limite fosse fixado.-----

----- Esclareceu que os Senhores Deputados Municipais solicitavam, através da Mesa, à Câmara, e a Câmara não tinha condicionado, não tinha havido nenhuma imposição de nenhum limite por parte da Câmara. No mandato de 2009, houve limites. No mandato de 2013, não houve limite algum. Se estavam todos bem não havendo, julgava que não valia a pena atrapalhar.-----

----- Disse que referiam o limite de espaço e que na semana anterior a questão tinha sido levantada. Já tinham definido as salas, e já tinha conhecimento que o PAN não iria caber na sala que lhe tinha sido indicada, mas iriam ter que encontrar uma solução para aquela situação extraordinária do PAN. No imediato, teriam que dar um espaço mais equitativo a todos, pelo que não poderiam estar a criar tantas desigualdades, pelo menos dentro do que o espaço permitia.-----

----- Sendo assim, disse que, relativamente ao documento um (Doc 1), se não houvessem objeções, o que iria fazer era apresentar o mesmo, à Câmara, para levar a deliberação de Câmara, aquela proposta, com aqueles fundamentos; eliminando a alínea b), do ponto 6, e corrigindo o ponto 13, bastando apenas cortar a parte final do ponto, onde estava referido a eliminação do apoio de um assessor para cada um dos Secretários da Mesa, e corrigindo os quadros, em conformidade.-----

----- Aquele ponto estava visto. Propôs que passassem ao ponto 2 da ordem de trabalhos.-----

Ponto 2 – Proposta de atualização da grelha B do Regimento - grelha do PAOD – (doc 2).-----

----- **A Senhora Presidente** pediu que passassem à grelha do PAOD, um exercício muito difícil porque havia um limite de sessenta minutos por lei. O mesmo número de Deputados tinha que ter o mesmo tempo, e havia tempos abaixo dos quais não valia a pena estar a dar, pois ninguém conseguia falar em quarenta e cinco segundos.-----

----- Assim, no anterior mandato, o PS tinha dez minutos. Mas como tinha, no atual mandato, menos deputados, passou para nove minutos.-----

----- O PSD, que no anterior mandato tinha oito minutos, ficou, no atual mandato, com menos deputados, passou para seis minutos e meio.-----

----- O PCP, que no anterior mandato tinha seis minutos, ficou, no atual mandato, com menos um deputado, passou para cinco minutos e meio.-----

----- O CDS-PP que no anterior mandato tinha quatro minutos, ficou com mais três deputados no atual mandato, passando para cinco minutos e meio. Tinha que ser igual ao PCP, tinha que ser o mesmo tempo para os grupos que tinham cinco deputados.-----



----- O BE ficou na mesma. Já tinha quatro deputados, mantinha os quatro deputados, tinha os cinco minutos e mantinha os cinco minutos. -----

----- O PEV tinha dois deputados, tinha quatro minutos, e mantinha os dois deputados e os quatro minutos. -----

----- E todos os que tinham dois deputados tinham de ter os quatro minutos, tinha que ser igual. Disse que seguiu o critério do mandato anterior. -----

----- Os Independentes que tinham três minutos, eram seis, no presente mandato passaram a oito deputados, passavam a ter mais meio minuto. Os Independentes não tinham grupo, portanto, era assim. -----

----- A Câmara tinha de ter o mesmo tempo que o maior partido. -----

----- Tinha de se ter em conta todas aquelas regras. Juntando aquelas regras todas se conseguissem chegar a outros valores, que vissem. Ainda por mais, no mandato anterior o tempo total era de cinquenta e nove minutos, e que, agora, fazia os sessenta minutos certos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** referiu que não iria alterar nada, mas preocupava-o o modelo. A sua preocupação era qual o critério de perda de minutos, ou seja, tinha perdido um minuto e meio por causa de quantos deputados? Quatro deputados valeriam perder um minuto e meio? Era o que queria perceber, porque não havia ali uma relação equitativa no âmbito da representatividade, já tinha percebido. Havia uma procura de criar níveis mínimos para que o diálogo fosse permitido. Portanto, ficava claro que a única diferença que existia, de facto, ou o único critério que existia, de facto, é o de assegurar ali um tempo mínimo de intervenção para todas as bancadas, independentemente, do número de deputados eleitos, o que lhe parecia correto, gostaria era de compreender qual era o critério objetivo. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que o deputado tinha razão, porque se comparasse PS e PSD, dez minutos, oito minutos que tinham, passava a nove minutos e seis minutos e meio, respetivamente, o PS perdia um minuto, e o PSD perdia um minuto e meio, quando o PS tinha trinta e seis deputados, aliás trinta e sete deputados, no princípio, e o PSD tinha dezasseis. O PSD tinha perdido quatro deputados, e o PS tinha perdido cinco deputados. Os Independentes eram cinco, depois, a meio do mandato, um deputado tinha passado a independente mas não se alterou as grelhas de tempos. O PS tinha passado de trinta e sete para trinta e seis deputados e, agora, no presente mandato, passou de trinta e seis para trinta e três deputados. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** disse que, de facto, aquilo não era um exercício, absolutamente, equitativo, havia uma tentativa de fazer uma proposta até porque os Deputados Municipais Independentes eram oito deputados e só tinham três minutos e meio. Pela mesma regra deveria haver ali um aumento não para três minutos e meio, mas para quatro minutos, seria o lógico daquele crescimento. -----

----- Sabiam, igualmente, que havia um limite de sessenta minutos que estava na lei. Mas tinha de dizer que da parte dos Independentes, os próprios não se sentiam satisfeitos por



estarem lesados em meio minuto, pois achavam que o deveriam ter e que o empregariam bem, acima de tudo.-----

----- Assim, achava aquela proposta difícil.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** disse que os deputados achavam sempre que o tempo era pouco, mas tendo em atenção aquele limite dos sessenta minutos, não havia muita volta a dar sobre a questão. Assim, concordava com a proposta apresentada.-----

----- **A Senhora Presidente** disse que gostaria de relembrar uma situação que era muito importante, quer para o Senhor Deputado Luís Newton, como para o Senhor o Deputado Miguel Graça. Era prática da Mesa, prática que cumpriam escrupulosamente, e que estava prevista no Regimento, a possibilidade de haver cedências de tempo. Pelo que, aquele meio minuto que faltava podiam ter a certeza que a Mesa faria todos os esforços para que alguém cedesse aquele meio minuto, para que o tivessem sempre que necessitassem. Nunca tinha ocorrido uma situação em que alguém ficasse prejudicado em tempo, caso outro partido ainda dispusesse de tempo. Mas, quando todos esgotavam o tempo, não havia nada a fazer. Muitas vezes, e eram tantas forças políticas, era frequente não se esgotar o tempo, pelo que pensava ser uma situação de fácil gestão.-----

----- Aquela era a única forma. Caso contrário, teria de mexer na escala toda, o que colocava em causa outros equilíbrios.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** referiu que gostaria de dar a devida nota de que em momento algum estava ali a expressar oposição. Pretendia dar nota, igualmente, que feitas as contas no âmbito daquilo que seria uma distribuição em função da representatividade, referiu que no limite o PS era o mais prejudicado, porque feitas as contas todas, o PS teria à volta de vinte e cinco minutos, caso fosse pela representatividade, o PSD perto de dois minutos, portanto, se incluíssem o tempo da Câmara. E de facto, naquela situação, os partidos que tinham menos eleitos, como era o caso do MPT, do PEV, do PPM e do PAN, só teriam um minuto de intervenção.-----

----- Portanto, havia, inevitavelmente, ali, um esforço muito grande, e não se tratava da sua parte uma oposição àquela situação, era antes o esforço que existia por parte daquela Assembleia Municipal, em conjunto, de todas as forças políticas, em assegurar que, ainda que houvesse uma menor representatividade dos partidos, esse facto não se traduzia na sua limitação do ponto de vista da sua intervenção no espaço nobre que era a Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----- No entanto, tinha consequências do ponto de vista da cedência dessa margem de tempo, e que essa vinha, inevitavelmente, em primeiro lugar, o Partido Socialista, e em segundo lugar, o Partido Social Democrata, gostaria que aquilo ficasse claro.-----

----- Havia muito a dizer sobre a questão dos Independentes. Compreendia a organização e o modelo e, no limite, compreendia outra questão muito importante que era o facto de serem oito. E como eram oito, tinham de ter espaço, tinham de ter um modelo organizacional, tinham que ter representatividade porque se havia partidos que iam em coligação para umas eleições, findo o ato eleitoral, se se separavam em dois grupos, aquilo



que se verificava em várias situações, fosse na distribuição dos tempos, fosse na distribuição das verbas, era que aqueles partidos acabam por ter mais do que, por exemplo, os partidos que não iam em coligação. Portanto, aquela era uma matéria que haveria de merecer, dali a uns tempos, uma reflexão. Os Independentes eram uns dos grandes prejudicados daquela situação. O PS também era, e o PSD também era. Portanto, o que gostaria de salientar ali era que da parte daquelas forças políticas de maior representatividade existia um esforço de contenção no sentido de permitir mais espaço às forças políticas de menor representatividade, e que achava que aquilo deveria ser uma tónica não só da Assembleia Municipal de Lisboa, mas em prol do espaço público e do espaço de intervenção política de mais partidos, pelo país.-----

----- Agora que existia e que era um pouco castradora. No entanto, continuariam disponíveis em manter aquelas discrepâncias que eram vantajosas para o debate político. --

----- **A Senhora Presidente** agradeceu as palavras do Senhor Deputado Luís Newton, dizendo que era uma verdadeira lição de democracia. -----

----- Acrescentou que a Câmara tinha perdido um minuto. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** disse que como estavam a medir quem é que tinha mais, ou menos, gostaria de dizer que o PAN prescindia de passar para seis minutos, e aceitava os quatro minutos, uma vez que tinham passado de um deputado para dois deputados. Tinham no anterior mandato três minutos, e tinham passado para quatro minutos. Referiu que aceitavam aquilo, embora tivessem dobrado o número de deputados. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** ressaltou que a sua anterior intervenção vinha antecipar aquele problema de perceção. Era por ali que não deviam de ir porque, em bom rigor, aumentam 100%, como disse o Senhor Deputado, e bem, se fossem à procura de um critério que não tivesse aquela matemática direta como relevante, dispensava aquela intervenção. A sua própria intervenção ia no sentido contrário. Chamou a atenção que o facto de se passar de um para dois não significava ali dentro um acréscimo de 100%. Havia uma matéria de equidade, porque quem passava de dezasseis para doze, ou quem passava de trinta e sete para trinta e três, acaba por abdicar muito mais do que aquele um para dois era ganho, porque o ponto de partida de um para dois era substancialmente superior ao ponto de partida de doze, ou dezasseis. E era aquilo que gostaria que fosse salientado. Já na última reunião tinha havido a tentação de dizer que houve uma duplicação. E seguramente, que ficavam todos muito mais satisfeitos por haver maior representatividade de outros partidos porque, aquele facto era bom para o debate político. Mas aquela era a linha de argumentação que pedia, encarecidamente, que não fosse seguida. -----

----- Afirmou que se havia vontade de cedência por parte dos partidos com maior representatividade, também teria de haver por parte dos outros partidos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** disse que recordava a discussão que tinha sido feita e, de certo modo, a postura positiva que o PS e o PSD



tiveram em relação ao tempo de intervenção das forças políticas com menor representatividade, e toda aquela situação tinha sido pacífica, até aquele dia.-----

----- Salientou que valia a pena ver as outras matérias e, algumas coisas que estavam ali demasiado, talvez não demasiado, mas em função da economia da reunião, haviam de vir na discussão, por exemplo, do Regimento, com as propostas. E depois nessa fase poder-se-iam debater com maior profundidade, quando se fixasse o Regimento.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Hall de Beuvink (PPM)** disse que o PPM agradecia os quatro minutos que a Senhora Presidente tinha disponibilizado, especialmente, porque recordava que eram dois deputados no mandato 2009-2013, e só tinham três minutos. Portanto, tinham aumentado um minuto, pelo que agradecia. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que tinham sido beneficiados por aquele critério que o Deputado Luís Newton tinha explicado. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Hall de Beuvink (PPM)** concordou, e deixou um agradecimento. -----

----- Aproveitou e disse que gostaria de deixar um registo relativamente ao documento em, que o PPM não concordava com a alínea treze, conforme já tinham pensado na semana passada.-----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que como tinha feito aquilo com base numa informação que tinha dado, a dizer que os deputados não tinham competências, achou que deveria corrigir a informação, até porque, também, o PPM poderia, igualmente, corrigir a sua posição.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Hall de Beuvink (PPM)** agradeceu, mas disse que o PPM iria manter a sua posição. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio (MPT)** referiu que em nome do Partido da Terra, gostaria de agradecer a atribuição daqueles valores. Disse que agradecia às forças políticas que tinham perdido, e que ali tinham expressado aquela vontade de que houvesse uma equidade. No fundo, gostaria de agradecer ao PCP, ao PSD e ao PS. O PCP, também, tinha perdido meio minuto, pelo que o MPT se sentia beneficiado, bem como todos os partidos políticos de menor dimensão. Por terem sido beneficiados naquela situação, só tinham de agradecer. -----

----- O MPT tinha três minutos de intervenção no anterior mandato. Agora, tinham quatro minutos, eram dois Deputados, só tinham de agradecer a postura democrática daquelas forças políticas que tinham cedido, e que não tinham levantado nenhum problema na cedência daquele tempo. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que gostaria de chamar a atenção para a questão de que aquela proposta teria de ser aprovada em Assembleia Municipal, seria o primeiro ponto da primeira reunião que viessem a fazer, fosse, a mesma, ordinária, ou extraordinária, e teria que ser votação nominal, com chamada dos deputados.-----

----- Para os Senhores Deputados que não tinham estado no mandato anterior, explicou que tinham os cartões, o cartão vermelho, verde e branco. Por votação nominal o deputado era chamado e tinha que levantar o cartão para fixarem bem os resultados, e não



haver dúvidas nenhuma no respetivo apuramento. Era votação nominal mas não era secreta, simplesmente nominal. -----

Ponto 3 – Proposta de criação de Grupo de Trabalho para revisão do Regimento para o mandato 2017-2021 (doc 3) -----

----- **A Senhora Presidente** iniciou o presente ponto, referindo que a lei o que dizia era que a Mesa propunha um Regimento, ou propunha a criação de um grupo de trabalho para o efeito. Como já tinham um Regimento, parecia-lhe que o grupo de trabalho era a melhor opção, uma vez que só era necessário fazer ajustamentos. Estava ali uma proposta com um prazo de trinta dias, e com a composição de um elemento de cada força política, e a Mesa, pois a competência era da Mesa, naquele caso, e completou, os dois secretários e a própria. -----

----- Se os trinta dias não fossem suficientes, prolongava-se o prazo, e enquanto não fosse aprovado o novo Regimento, tinha de se usar o que existia. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que, tendo em conta a experiência anterior, pensava que valeria a pena fixar um prazo para apresentação de propostas dos grupos municipais, de alteração ao Regimento. Trinta dias eram para a conclusão do trabalho. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que o prazo seria a partir daquele dia e até ao fim da primeira semana de o grupo estar em funcionamento. -----

----- Disse que ficaria assim, mas lembrou que havendo um grupo de trabalho acontecia, muitas vezes, haver uma interação, acabando por surgir uma proposta resultante daquela interação. Portanto, tal situação não prejudicava que houvesse uma interação. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** continuou, referindo que o envio das propostas, e com as propostas a circularem antes da reunião... -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que o que costumavam fazer era um quadro geral, e depois a diferentes cores, as várias alterações apresentadas. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que aquela situação ocorria já depois das respostas recebidas. O que o Senhor Deputado Modesto Navarro dizia era que houvesse iniciativa para fixar um prazo para apresentação das propostas de alteração. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** sugeriu que o prazo poderia ser até uma semana antes da primeira reunião do grupo de trabalho. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que poderia ser assim, conforme sugestão do Senhor Deputado Modesto Navarro. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que as propostas poderiam acontecer depois. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Mesa poderia aceitar aquela sugestão, mas não iria colocá-la na proposta porque se alguém posteriormente, apresentasse uma proposta diferente, depois teriam de alterar a deliberação da Assembleia Municipal. -----

----- Iriam anunciar que, a partir do momento que aquela proposta fosse aprovada, a Mesa recebia propostas e pedia que, as mesmas, fossem entregue até ao dia tal. Depois,



marcariam a data da primeira reunião. O que não queria dizer que os grupos, durante o trabalho, não quisessem alterar. -----

----- Pediu que tomassem nota para que não se esquecessem, quando o assunto fosse aprovado, quais eram as condições. E fixariam, logo, a primeira reunião e, até lá, poderiam apresentar propostas de alteração. -----

----- Sendo assim, aquela também era agendada, porque tinha de ser aprovada pela Assembleia Municipal, não poderia ser criado sem a aprovação da Assembleia. -----

Ponto 4 – Número e âmbito do elenco de Comissões Permanentes para o mandato 2017-2021 e eventuais propostas de alteração (doc 4) -----

----- **A Senhora Presidente** disse que apresentava ali as alterações que havia. Primeiro, estava a lista das comissões que existiam, e daquelas oito comissões, havia partidos que tinham feito propostas; o CDS-PP, o PEV e o PCP. Disse que iria começar pelo PCP porque apresentava, apenas, uma alteração de designação. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que na proposta referente à 8ª Comissão, que se passasse a chamar de Comissão Permanente de Transportes, Mobilidade e Segurança, ao invés de Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que fazia todo o sentido acrescentar a palavra transportes dado o peso que o assunto iria ter. Fazia todo o sentido. -----

----- Entretanto, pediu ao CDS-PP que apresentasse a proposta, e ao PEV, igualmente, que eram comuns num ponto. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que iria iniciar pegando, um pouco, naquilo que era a proposta do PEV. A ideia do CDS-PP, e pensava que era coincidente com a do PEV, era de distinguir aquilo que era estratégico para a discussão, e que era a questão do ordenamento do território, o planeamento estratégico e o urbanismo, deixando, apenas, as matérias que ficariam afetas àquela comissão permanente. E depois, uma outra que pensava que tinha mais a ver com propostas em si, e teria a nomenclatura de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais. -----

----- Relativamente à proposta do PEV, o CDS-PP não tinha nada contra a extinção de uma das comissões, naquele caso a da Descentralização e Obras Municipais, mas também não era a pessoa indicada para falar do trabalho daquela comissão uma vez que o CDS-PP não tinha assento na mesma, pelo que deixava aquela questão para quem participava na referida comissão. -----

----- Referiu que gostaria de saber a opinião dos vários elementos daquela comissão que ali estavam. Apercebeu-se que a dita comissão reunia várias vezes, em simultâneo, com a Comissão Permanente de Finanças, mas o CDS-PP não tinha nenhuma posição fechada sobre a sua manutenção, ou exclusão. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, na apresentação da sua proposta, referiu que o PEV propunha a criação de uma Comissão de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais, precisamente porque consideravam que aquela



temática deveria de ter uma comissão específica, e porque aqueles assuntos acabam por ser um pouco diluídos na atual 3ª Comissão. -----

----- A ideia era, se fosse possível, não aumentar o número de comissões, portanto, manter as oito comissões. Ao longo daquele mandato, também, não faria muito sentido manter uma comissão em que, grande parte do objeto de análise já tinha passado por aquela Assembleia, no último mandato, e que todas as propostas, ou grande parte delas, eram analisadas, em simultâneo, pela 1ª Comissão. E como se tinha visto que a ideia era não aumentar as oito comissões, era naquele sentido que o PEV apresentava a proposta. Além de que, o último relatório de monitorização da descentralização achava que, nem sequer, tinha sido discutido na última reunião, razão pela qual, igualmente, o PEV achou que deveria apresentar tal proposta. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que gostaria de chamar a atenção para uma situação. O desenvolvimento local, em termos de pelouros na Câmara, estava associado ao Pelouro da Habitação. A reabilitação urbana tinha estado associada ao urbanismo, mas podia ficar associada à habitação, não tinha problema nenhum. O desenvolvimento local envolvia todo o trabalho, por exemplo, do BIP/ZIP, dos bairros sociais, e que eram considerados desenvolvimento local, portanto, estava tudo no mesmo pelouro. -----

----- Assim, sugeria que no caso de aceitarem aquela divisão, o desenvolvimento local ficasse na mesma comissão onde ficaria a habitação. E a reabilitação urbana poderia ficar com o urbanismo, ou não. Tinha mais a ver com os respetivos pelouros. Senão tinham que estar a chamar para cada comissão dois, ou três, Vereadores diferentes porque, depois, a distribuição de Pelouros não era a mesma. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** disse que, relativamente às propostas apresentadas, o BE também era da opinião de não aumentar o número de comissões. -----

----- Sobre a proposta do PCP, o BE estava de acordo. -----

----- Sobre a proposta do CDS-PP que era comum à do PEV, relativamente à habitação e bairros municipais e desenvolvimento local, o BE concordava que pudesse ser autonomizada porque fazia todo o sentido, e os debates acabam por ser muito mais específicos, o que também trazia um acréscimo da qualidade do trabalho que podia ser feito naquelas comissões. -----

----- Sobre a questão levantada referente à reabilitação urbana, disse que poderia ir para a 3ª Comissão, fazia sentido. -----

----- Sobre a extinção da Comissão da Descentralização e Obras Municipais, o BE propunha que a descentralização acabasse por ser diluída na 1ª Comissão pois poderia, ainda, surgir alguma situação e, naquele caso, poderia ser discutida naquele âmbito, por causa das finanças, pelo que poderia ser, ali, diluída. E que as obras municipais pudessem passar, também, para o âmbito da 3ª Comissão. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** referiu que, relativamente às propostas apresentadas, os Independentes gostariam de comentar. Parece-lhes importante não haver o aumento do número das comissões, e concordavam com isso. ----



----- Concordavam, igualmente, com a proposta do PCP em colocar os transportes na 8ª Comissão.-----

----- Assim sendo, e seguindo o que já tinha sido dito por outras forças políticas, afirmou que o que julgava fazer sentido seria, na 1ª Comissão, acrescentar a descentralização. Ficaria 1ª Comissão de Finanças, Património e Descentralização, uma vez que não se opunham a que fosse extinta a 5ª Comissão, sendo que aqueles Pelouros tinham que ser distribuídos, na mesma. Na 3ª Comissão propunha que ficasse o Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação e Obras Municipais, portanto, colocando ali a reabilitação urbana e as obras municipais.-----

----- Depois, disse que a 5ª Comissão passaria a ser de Habitação, Desenvolvimento Local e Bairros Municipais, tentando olhar para o panorama dos Pelouros que também existiam na Câmara.-----

----- Pensava que as propostas das outras forças políticas eram interessantes, pelo que propunham somente, aquela redistribuição.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** referiu que tinha duas reflexões que pretendia partilhar.-----

----- Concordava com a proposta apresentada pelos Independentes, apenas tinha uma ressalva a fazer relativa à localização da componente relacionada com a descentralização. A fazer boa-fé, e julgava ser de se fazer, relativamente àquilo que estava previsto até ao final daquele ano dos trabalhos da Assembleia da República, viria um enorme pacote de descentralização para as Câmaras Municipais, era considerado o maior pacote de descentralização dos últimos vinte anos, o que iria ter um enorme impacto. Em primeiro lugar, um impacto no âmbito das competências da própria Câmara Municipal, o que iria reposicionar o modelo de funcionamento e a própria ambição do Executivo Municipal, que qualquer Executivo Municipal viria a ter, na intervenção da cidade. Em segundo lugar, disse que era inevitável que dali resultassem algumas novas transferências para as Juntas de Freguesia no âmbito da própria descentralização para, depois, se tornarem em competências próprias.-----

----- Era uma reflexão muito importante, que todos tinham oportunidade de fazer ali, na Assembleia Municipal, que não tinha sido possível fazer no mandato de 2009-2013, e que diria que era bem capaz de justificar, em determinada altura, um espaço próprio, porque se fossem colocar na 1ª Comissão que já era, por excelência, a Comissão que tinha, normalmente, a maior carga de trabalho, estavam a correr o risco significativo de prejudicar os trabalhos da referida comissão.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** assegurou que acompanhava totalmente, o que tinha dito o Senhor Deputado Luís Newton, porque quando se propunha a extinção da Comissão de Descentralização era um pouco à luz daquilo que tinha acabado, da primeira fase. Mas estava anunciada uma nova geração de descentralização, portanto, uma outra fase de descentralização muito ambiciosa. Portanto, tinha dúvidas que fizesse sentido, naquele limiar, extinguir a comissão.-----



----- Por outro lado, era um facto que a Comissão de Urbanismo tinha tido uma intensa atividade naquele mandato. Lendo os programas apresentados, nomeadamente, pelo partido maioritário, não queria crer que a Comissão de Urbanismo fosse ter, necessariamente, tanto trabalho. A revisão do PDM iria ter, com certeza, e isso iria dar trabalho. De qualquer forma, tinha dúvidas que não fosse um pouco apressado decretar a extinção da descentralização, colocando-a na 1ª Comissão, embora a proposta do Deputado Miguel Graça fosse equilibrada, parecia-lhe equilibrada, tinha dúvidas que não fosse criar um ritmo de trabalho para a 1ª Comissão que já era excessivo, normalmente. Mas, também, não via onde é que, propriamente, poderia ser colocada que não fosse na 1ª Comissão. Declarou que tinha algumas reservas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** disse que o PAN estava de acordo, no geral, com o que tinha sido dito relativamente à divisão das comissões. O PAN achava que, efetivamente, a 3ª Comissão poderia ser separada da forma como já tinha sido referido. -----

----- Relativamente à divisão de competências vindas do poder central, aquilo que o PAN pensava era que as várias comissões iriam de, alguma forma, aumentar o seu trabalho com aquilo que vinha da repartição do poder central, ou seja, a 7ª Comissão iria ter mais trabalho proveniente da passagem de competências da educação. E mais, não era a Comissão responsável pela distribuição da 5ª Comissão que iria ficar com todas as competências vindas do poder central. Quando muito, depois passaria para as outras comissões, aquelas competências. -----

----- Assim, referiu que não fazia sentido que ficasse uma comissão a analisar aquilo que, naturalmente, iria fluir para as restantes comissões. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio (MPT)** referiu que concordava com a proposta do CDS-PP. Disse que provavelmente, não faria sentido criar uma nova em detrimento das outras, mas havia a substituição da Comissão de Descentralização porque, de facto, iriam passar o resto do tempo a falar de descentralização e, dali a cinquenta anos estariam a falar, ainda, daquele assunto. Portanto, aquelas poderiam ser, de facto, as questões levantadas no âmbito da descentralização, podiam perfeitamente, serem tratadas pelas outras comissões, sendo que, naquele caso, desaparecendo a 5ª Comissão, poderia perfeitamente, passar a surgir uma nova comissão proposta pelo CDS-PP. Disse que concordava, eventualmente, com o desenvolvimento local porque, de facto, a especificidade dos assuntos era de tal maneira, que tinham de dar importância àquelas questões. -----

----- Referiu que, o que dizia respeito ao Partido da Terra, concordava com a posição e com a proposta do CDS-PP. -----

----- Quanto à extinção, referiu que concordava com a posição do PEV, relativamente à Comissão de Descentralização passar para a Comissão de Finanças, e as Obras Municipais para a 3ª Comissão. -----



----- Quanto aos transportes, concordavam com a posição do PCP em incluir, na última, na 8ª Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança, os transportes, fazia todo o sentido.-----

----- Sabia que as comissões eram feitas com base nos Pelouros da Câmara Municipal, mas salientou a questão de que não havia comissões que abrangessem temas como a pobreza, imigrantes, etc. Os direitos sociais era tudo e não era nada. Referiu que tinha trabalhado na ação social pelo que sabia bem o que estava a dizer. Sugeriu, assim, temas como a pobreza, o combate à pobreza e apoio ao imigrante, que fossem referenciados na 6ª Comissão.-----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que tinham um título e depois, entre parêntesis as matérias que tratava. Perguntou se era no âmbito que queria pôr, ou no título.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio (MPT)** respondeu que era no âmbito.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Hall de Beuvink (PPM)** disse que iria partir da proposta do Deputado do MPT em relação à nomenclatura da 6ª Comissão. Bem sabia que estava dentro da promoção de igualdade de direitos e oportunidades, mas disse que seria interessante, dados os últimos acontecimentos ao nível internacional, darem relevo à questão da imigração e dessas componentes.-----

----- Salientou, igualmente, que o PPM concordava com a nova nomenclatura proposta pelo PCP em relação à 8ª Comissão, fazia todo o sentido. Também, as propostas que coincidiram do CDS-PP e do PEV e, também, a extinção da Comissão de Descentralização proposta pelo PEV, fazia todo o sentido. Mas, talvez, colocá-la mais dentro da 2ª Comissão, já que a 1ª Comissão era tão recheada de trabalhos. Defendeu haver uma diluição da questão da descentralização na 2ª Comissão, e não concentrar tudo na 1ª Comissão.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que aquela matéria que estava em discussão iria, ainda, passar por várias fases, e achava que aquele resultado a que tinham chegado e a inclusão, mesmo que temporária, da descentralização na 1ª Comissão, era mais adequado naquela fase. Disse que, depois, fase àquilo que ficasse efetivamente, na Assembleia da República e no Governo fixado, a partir dessa fase, dada a importância, teriam de criar uma estrutura, a partir da Mesa e da Conferência, teriam de ver, em conjunto, formas de solucionamento. Talvez tivessem que equacionar a passagem de algumas áreas, pelo menos, para as comissões.-----

----- Referiu que achava que se estavam a antecipar, e queria resolver aquilo com aquela configuração que tinha ali surgido já com a 1ª Comissão os Recursos Humanos e Descentralização, a 3ª Comissão com a Reabilitação e Obras Municipais, e a 5ª Comissão com o Desenvolvimento Local e Bairros Municipais, e a 8ª Comissão com os Transportes. Referiu que aquela configuração serviria, perfeitamente, para avançarem.-----

----- **A Senhora Presidente** salientou que eram várias as soluções apresentadas. Havia consenso em várias áreas, teriam de fazer o ponto de situação. Havia consenso quanto à 3ª Comissão designar-se por Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais. Na 5ª Comissão ficar a Habitação, Desenvolvimento Local e



Bairros Municipais. Quanto à Descentralização havia várias hipóteses, ou mantinham a comissão que havia, ou colocariam a Descentralização no âmbito da 1ª Comissão, ou no âmbito da 2ª Comissão. Havia, ainda, mais soluções, poderia ser uma subcomissão da 1ª Comissão, e a questão que estava a levantar fazia algum sentido. O Senhor Deputado Modesto Navarro tinha alguma razão, não sabiam que descentralização é que ali iria, porque a descentralização do mandato anterior era da Câmara para as freguesias, e a descentralização que ali iria era do Estado para a Câmara, pelo que podia vir a ser apreciada ao nível das várias comissões, tal como tinha dito o Senhor Deputado Miguel Santos. Portanto, provavelmente, ainda era cedo, e o Deputado Modesto Navarro tinha razão no que dizia.-----

----- Assim, sugeriu que o que poderia ser feito para não subcarregar o trabalho da 1ª Comissão, ressaltou que a 1ª Comissão apreciou sempre as propostas de delegação de competências para as freguesias, iam sempre à 1ª Comissão e à 5ª Comissão, iam às duas Comissões, portanto, se fosse uma subcomissão da 1ª Comissão, talvez fosse uma boa solução. Cada força política designava o deputado a integrar a subcomissão, e a Comissão é que veria quantas pessoas é que deveriam integrar aquela subcomissão, e talvez fosse aquela solução que resolvesse o problema, naquela fase. Depois, veriam se seria necessário fazer algo mais, porque o seu receio não era, somente, subcarregar a 1ª Comissão, era o facto de a 1ª Comissão reunir duas, ou três vezes mais, que as restantes comissões, e se ia ficar sozinha com toda aquela responsabilidade, poderia traduzir-se em dificuldades de dar resposta. A 1ª Comissão socorria-se muito dos pareceres dados pela 5ª Comissão na parte da descentralização, totalmente. Portanto, talvez uma solução intermédia fosse o necessário. Uma subcomissão, eventualmente, poderia ter uma composição mais pequena que a Comissão inteira, porque a Subcomissão depois teria que apresentar os resultados à Comissão, pois a Subcomissão não podia apresentar, diretamente, os resultados ao Plenário, apresentava, sim, à Comissão e, eventualmente, os partidos poderiam prescindir daquela representatividade tão grande, e teriam uma subcomissão mais ágil que, depois, quando chegasse a resultados, os mesmos teriam que ir à comissão para serem aprovados.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio (MPT)** disse que uma vez que, ainda, muito se iria falar e decidir-se sobre a questão da descentralização, sugeria a criação de um Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Descentralização, uma vez que aquelas questões eram sempre debatidas na 1ª Comissão, sempre na 1ª Comissão. -----

----- Não emitia pareceres mas era um grupo de trabalho. -----

----- Se posteriormente, viesse a ser entendido que havia necessidade de criar uma comissão, então criava-se a comissão, sendo que constituía-se um grupo de trabalho, para já.-----

----- **A Senhora Presidente** disse que preferia não ir pela solução do grupo de trabalho. O que estava previsto na lei era o Grupo de Trabalho para o Regimento. Podiam criar outros grupos de trabalho mas, depois, teriam outras dificuldades; não tinham senhas, não tinham apoios, não tinham estatuto, portanto, achava que depois não teria o mesmo peso do que tinha um parecer de uma comissão. Tinha chegado a alterar



propostas da Câmara por causa dos pareceres das comissões, era frequente fazerem isso, e se fosse um grupo de trabalho, não tinha a mesma capacidade de alterar.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** referiu que relativamente àquela proposta, não lhe parecia ser um bom caminho a criação de um grupo de trabalho, até porque se estavam previstas comissões não valia a pena deixar de ter a referida comissão para, depois, ser criado um grupo de trabalho que iria fazer grande parte desse trabalho para, depois, não ter o mesmo peso, nem fazer recomendações, ou pareceres, tal como a comissão fazia. Valia mais a pena deixar tudo como estava.-----

----- Era verdade que a 1ª Comissão tinha muitas matérias para analisar, mas com a questão das propostas de delegação de competências da descentralização, não teria, propriamente, mais trabalho porque todas as propostas que iam à 5ª Comissão eram analisadas e trabalhadas, em simultâneo, pela 1ª Comissão, ou seja, não era tanto aumentar o volume de trabalho da 1ª Comissão, mas sim tentar otimizar recursos. E partindo do princípio que a ideia seria, também, no pressuposto que os Deputados Municipais conseguiram acompanhar a sério, fazer um bom trabalho nas comissões, e que não estivessem lá só por estar, porque assim até poderiam ter nove, dez, onze comissões, mas depois seria insustentável os grupos municipais darem resposta, fazerem um bom trabalho, um bom acompanhamento nas comissões todas. Por isso, disse que se tinha chegado à conclusão que oito comissões seria um bom número, nem menos, nem mais. Com oito comissões funcionariam bem. -----

----- Salientou que, tendo em conta que era importante criar, como já tinha havido em mandatos passados, uma comissão específica para analisar as questões de habitação dos bairros municipais, razão pela qual tinham apresentado aquela proposta. Era só para esclarecer que não aumentava, necessariamente, o volume de trabalho da 1ª Comissão, haveria, sim, uma otimização de recursos.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que criar uma outra estrutura complicava o funcionamento dos grupos pequenos. Pelo que achava que poderiam ponderar. -----

----- Tinha ouvido falar ali da integração da descentralização na 2ª Comissão Permanente, talvez estivesse mais à vontade para integrar aquela área, transitoriamente. Poderiam estudar aquilo que fosse aparecendo, ir discutindo, mas não iam influenciar o processo que se passava na Assembleia da República, entre as forças políticas nacionais. -----

----- **A Senhora Presidente** interrompeu, dizendo que poderia fazer sentido o que o Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro tinha dito, numa perspetiva que a descentralização do Governo para as Câmaras, e das Câmaras para as Juntas de Freguesias, passando pelas áreas metropolitanas, e a 2ª Comissão é que acompanhava as áreas metropolitanas. A 2ª Comissão tinha acompanhado toda a parte das relações externas, portanto, não tinha tido muito trabalho, também não tinha havido muitas matérias para se decidir, mas era por lá que deveriam passar aquelas situações, e previa que aquela situação iria aumentar com as delegações de competências do Governo para as Câmaras, e para as áreas metropolitanas, o que iria, igualmente, aumentar a carga de



trabalho a este nível. Mas, podiam manter na 1ª Comissão, ou integrar na 2ª Comissão. Qualquer das hipóteses era possível. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** referiu que era evidente que não havia soluções perfeitas. -----

----- Não via, naquela fase, o grupo de trabalho como a solução para a questão. -----

----- Pelas razões já expressas, fazia sentido estar na 1ª Comissão, optando-se por extinguir a 5ª Comissão, sendo certo que se o volume, depois, fosse muito intenso, poderia justificar outra iniciativa, inclusive a criação de uma comissão eventual, ou outra estrutura, em função da experiência, em função do desenvolvimento. Era um pouco prematuro. -----

----- Em termos de matérias para as comissões funcionarem, efetivamente, a 2ª Comissão tinha tido menos matérias. O âmbito também era muito largo, economia, as questões do turismo não tinham sido discutidas, os regulamentos dos mercados, tinha havido, de alguma forma, um trabalho intenso em algumas das matérias, tendo igualmente dado a sensação de que foi uma área mais ausente. Mas, de resto, tinha tido uma atividade mais intensa. -----

----- A descentralização, apesar de tudo, parecia-lhe uma área que não colava tão bem ali, para ser franco. Mas se a decisão for retirar da 5ª Comissão a descentralização, achava que apesar de tudo onde ficava menos mal era na 1ª Comissão. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** disse que o BE considerava que a criação de um grupo de trabalho não fazia qualquer sentido naquela matéria, nem para outras. Achava que, mesmo com a questão da Área Metropolitana, na 2ª Comissão, parecia um bocado forçado. Percebendo a lógica de que se tratava de uma comissão com menos fluxo de trabalho, poderia fazer sentido, mas parecia-lhe um pouco complicado, sendo que a proposta do BE era que fosse mantida na 1ª Comissão e, eventualmente, quando chegasse o pacote de descentralização, aquela Conferência e a própria Comissão poderiam, na altura, avaliar qual seria o melhor método. -----

----- Não valia a pena continuarem à volta de mais soluções porque pensava que já a tinham encontrado. -----

----- **A Senhora Presidente** em jeito de resumo, afirmou que a proposta era no sentido de que a 1ª Comissão Permanente, a somar aos temas de Finanças, Património e Recursos Humanos, a questão da descentralização. -----

----- A 2ª Comissão Permanente mantinha-se. -----

----- A 3ª Comissão passava a ser a Comissão de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais. -----

----- A 4ª Comissão mantinha-se, Ambiente e Qualidade de Vida. -----

----- A 5ª Comissão passava a ser a Comissão de Habitação, Desenvolvimento local e Bairros Municipais. -----

----- A 6ª Comissão Permanente mantinha-se, Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania, mas acrescentava-se no âmbito do combate à pobreza e migrações. -----

----- A 7ª Comissão Permanente mantinha-se. -----



----- E a 8ª Comissão Permanente alterava a designação para Transportes, Mobilidade e Segurança, e o âmbito era o mesmo. -----

----- Se fosse necessário, poder-se-ia reapreciar aquele elenco em função do que viesse no pacote de descentralização. -----

----- Portanto, na proposta a ser levada a Plenário, poder-se-ia colocar nos considerandos da proposta exatamente, que a matéria tinha sido discutida, que não se sabia, ainda, qual era o perímetro, ou o conjunto das matérias que cabiam à descentralização, portanto, naquela fase ficaria daquela forma, mas que a Assembleia poderia, a todo o momento, corrigir, pois o Regimento previa e a lei, também. -----

----- Referiu que depois faria o quadro, que ainda não estava feito, estava à espera de ter o elenco, e que era aplicar as regras do Regimento que dizia que cada Deputado não podia pertencer a mais do que duas comissões, a menos que fosse um Deputado sozinho, iria aplicar aquelas regras que constavam no Regimento. -----

----- Depois, na prática, cada grupo municipal iria referir as Comissões com que pretendia ficar. Teria de ser garantida, igualmente, a proporcionalidade, era necessário fazer umas contas porque aí, ao contrário do que tinha acontecido nos tempos de intervenção, os partidos maiores teriam de ter a maioria. Portanto, teriam de ser mantidas as maiorias tal como tinham feito no anterior mandato, o que significava que as comissões iriam ter uma dimensão variável, umas eram maiores, outras mais pequenas. Teria de fazer aquelas contas porque não as tinha feito. Iria fazer as contas com o atual Regimento, depois, se houvesse alteração ao mesmo, adequava-se. -----

Ponto 5 – Convocação de reunião extraordinária do Conselho Municipal de Segurança de Lisboa (proposta do CDS-PP) – (doc 5) -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** apresentou a proposta do CDS-PP, referindo que, tendo em conta os últimos acontecimentos na zona portuária, não só aqueles acontecimentos mas, principalmente, aqueles que tinham ocorrido de há dois anos à data, e tendo em conta que o Conselho Municipal de Segurança raramente reunia e era o órgão que deliberava e tratava daquelas matérias, julgava ser importante, até porque o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança era competência daquela Assembleia, e não era sob proposta da Câmara, portanto, era o único regulamento e Conselho Municipal que dependia das competências daquela Assembleia, e não da Câmara, e que dava a possibilidade, no seu regulamento, da Assembleia Municipal solicitar a sua convocação. -----

----- O que propunha era que o Plenário, e uma vez que a lei dizia Assembleia Municipal, não dizia a Mesa, e não sabia se podia ser a Mesa em nome da Assembleia, mas colocava à consideração da Assembleia Municipal solicitar ao Presidente do órgão, naquele caso, por inerência o Presidente da Câmara, ou quem ele delegasse, a convocação de um Conselho Municipal de Segurança para que fosse possível serem abordadas as questões apresentadas, e que vinha nos objetivos do regulamento. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que se não era claro quem é que requeria a convocação, se era a Assembleia no seu todo, se era a Mesa. Era a Assembleia. Então teria



de haver uma deliberação. No fundo, o que o Senhor Deputado do CDS-PP estava ali a propor era uma proposta para que fosse agendada, em Assembleia Municipal, a convocação do Conselho Municipal de Segurança. Perguntou se era aquilo. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** respondeu que o pedido do regulamento era que o Senhor Presidente do Regulamento que, como disse, era o Presidente da Câmara, convocava, e uma das hipóteses era, ou por requerimento da Câmara, ou requerimento da Assembleia. Portanto, entendia que o órgão era o Plenário que teria que decidir. -----

----- **A Senhora Presidente** pediu ao CDS-PP que reformulasse aquele pedido sob a forma de uma proposta de deliberação da Assembleia Municipal, e era agendado para a primeira reunião, sem problema algum. -----

Ponto 6 – Debates Temáticos -----

----- **Carta de Lisboa (proposta da Presidente)** -----

----- **Insegurança Noturna na Cidade de Lisboa (proposta do PSD) – (doc 6)** -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que tinham proposto, na última reunião, a realização de um debate temático sobre a Carta de Lisboa que era uma iniciativa da sociedade civil com a Carta dos Direitos e Deveres dos Cidadãos da Cidade de Lisboa. -----

----- Entretanto, o PSD apresentou uma proposta relacionada com o tema, pelo que pedia ao Senhor Deputado Municipal Luís Newton para apresentar a referida proposta. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** salientou que, pelos mesmos motivos que tinham regido, na altura, o pedido de proposta do CDS-PP, a diferença era que o PSD entendia que o Conselho Municipal de Segurança tinha um mecanismo muito lento de preparação, até porque o mesmo não dependia da Assembleia Municipal, dependia da Câmara, pelo que julgava fazer sentido que fossem os próprios Vereadores, ou o próprio Presidente da Câmara, a terem aquela iniciativa. -----

----- Ali, na Assembleia Municipal, e porque os debates temáticos tinham uma eficácia e um impacto significativo ao longo do último mandato, enfim, era escusado estar a recuperar os sucessos que tinham tido, mas a verdade era que se algo tinha ficado claro era que a discussão alargada a um tema específico no âmbito da própria Assembleia Municipal, não só tinha um enorme impacto, como também tinha tido enorme consequência, e aquela era a parte mais relevante e que era a parte da consequência. -----

----- Disse que já todos tinham, igualmente, identificado, com toda a certeza, não estar situado na casa A, B, ou C, o problema, mas era de facto, um problema transversal às zonas de diversão noturna da Cidade de Lisboa, transversal não só do ponto de vista do território mas, também, transversal do ponto de vista dos intervenientes. Assegurou que o PSD entendia que era muito importante poder partir da própria Assembleia Municipal e de uma reflexão conjunta, e não do partido A, B, ou C, de uma reflexão conjunta dos membros da Assembleia Municipal, e em primeiro lugar, ouvir os vários intervenientes que constituíam parte integrante do problema para que, depois, a própria Assembleia Municipal, no seu todo, pudesse contribuir para aquela temática com propostas concretas e com algumas reflexões concretas sobre o que importava, porque independentemente da



questão que tinha acontecido e que tinha tido maior impacto visual nos últimos dias, a verdade era que havia um sentimento generalizado da comunidade que apontava para uma problemática constante, e a ideia que nos dias que corriam se aceitava quase como uma fatalidade, que alguém tinha como opção poder descomprimir ao final de uma semana de trabalho num estabelecimento de diversão noturna, que aquele facto já contemplasse sair do local com umas lambadas na cara, diria que era uma situação altamente preocupante, pelo que deveria merecer a reflexão de todos, até porque, os mecanismos que estavam implementados não só se revelavam insuficientes, como se revelavam, igualmente, ineficazes, e era importante compreender até que ponto é que podia haver ali uma necessidade de repensar o próprio modelo que tinha estado em funcionamento, ou que tinha sido recentemente implementado, para compreender que alterações, ou articulações, eram necessárias. -----

----- Referiu, por isso, a necessidade de um debate temático, não de uma posição individual de um partido, mas da possibilidade de alargar a toda a comunidade da Cidade de Lisboa, passando pela Assembleia Municipal, uma reflexão, uma discussão do que é que tinham, e para onde queriam ir, naquela matéria. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que nada tinha a objetar, a questão era que os proponentes do debate temático deveriam entregar um documento explicativo de como pretendiam fazê-lo. -----

----- Referiu que na altura, quando tinha proposto o debate da Carta de Lisboa, também, não tinha feito o documento enquadrador, portanto, estavam em condições de admitir que iriam ter dois debates temáticos, já para serem iniciados. -----

----- Colocava, assim, à consideração dos presentes se aquele debate sobre a insegurança poderia passar à frente do outro. Pela própria não havia problema nenhum que o mesmo passasse à frente porque era um tema que estava mais em cima da atualidade, e o outro era uma questão de fundo. Poderiam começar com aquele debate. -----

----- Tinham, no calendário apresentado, já datas muito próximas, mas o que era preciso era que o PSD fizesse chegar, nos termos do número 2 do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, exatamente, qual era o formato, se era só uma sessão, se era duas sessões, se queria convidar pessoas de fora, quem é que pretendia convidar, era um pouco aquilo, teriam de explicar o formato que pretendiam para depois ser deliberado pela Assembleia a realização de um debate temático, já com o formato em anexo. -----

----- Portanto, na prática era uma proposta que tinha sido apresentada ali, mas que, depois, tinha de ser desenvolvida para que, no final, pudessem aprovar. Portanto, convinha que na primeira reunião pudessem logo aprovar a realização de um debate temático sobre aquele assunto, com o formato já indicado pelo proponente. -----

----- De seguida, competia à Mesa organizar tudo o que era preciso, fazer todos os contactos necessários para que o debate se realizasse. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** sugeriu, sendo que parecia-lhes, aos Independentes, oportuno lançar aquele debate temático. No entanto, apesar de a iniciativa ser do PSD, deixavam a sugestão na mesma e que era, apesar de ser sobre



questões muito específicas que se passavam na noite de Lisboa, e eram várias, não se reportavam, unicamente, aos acontecimentos que se tinham passado, eram muito mais variadas, a questão de centrar o tema do debate temático sobre a insegurança noturna era talvez uma carga negativa sobre aquela questão, quando ela precisava, também, de ser regulamentada. -----

----- Referiu que era necessário, igualmente, uma visão construtiva sobre o tema, e propunham que ao invés de ser sobre a Insegurança Noturna, fosse sobre a Segurança e a Qualidade de Vida Noturna da Cidade de Lisboa. Mas era apenas uma sugestão que deixavam ao PSD, tendo a liberdade de apresentarem a proposta que decidissem. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** referiu que acompanhava a sugestão do Deputado Miguel Graça. -----

----- Pedia ao PSD, logo que, se fosse possível, apresentasse uma proposta com o formato escolhido, a apresentar na próxima Conferência de Representantes, e naquela altura, estariam todos em condições de emitir uma opinião, ou darem os contributos no sentido de o debate se poder realizar com o mais alargado consenso possível. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** disse que o BE nada tinha a obstar à realização daquele debate temático. Era um tema importante e acaba por ajudar a ter uma reflexão sobre um regulamento que tinha sido aprovado muito recentemente, dos horários, e que tinha uma divisão geográfica que era, exatamente, onde os últimos problemas se tinham passado. Portanto, parecia-lhes importante, também, fazerem aquela avaliação, na altura, o BE tinha feito algumas críticas sobre aquele mesmo regulamento, pelo que aguardariam uma proposta, mais concreta, do PSD, para que se houvesse alguma sugestão de acrescento, que pudesse ser aceite, para poder ser discutida na Conferência de Representantes. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que a Câmara devia de convocar o Conselho Municipal de Segurança, e deveria ser realizada o mais rapidamente possível, onde pudessem ter, igualmente, opiniões e formar ideias sobre a situação da cidade para a realização daquele debate. -----

----- **A Senhora Presidente** perguntou qual seria a composição daquele debate em termos de Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** respondeu que eram os Presidentes de Junta que, ainda, não tinham sido nomeados. -----

----- **A Senhora Presidente** perguntou por quem tinham de ser nomeados os Presidentes de Junta. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** respondeu pela Assembleia Municipal. -----

----- **A Senhora Presidente** perguntou se não podiam fazer aquela designação rapidamente. -----

----- Referiu que os cidadãos de reconhecida idoneidade não tinham perdido mandatos, portanto, poderiam admitir que aqueles que vinham do mandato anterior continuavam a ter idoneidade. -----



----- Salientou que entrava em vigor até serem nomeados novos. Portanto, ou faziam a eleição de todos, dos oito mais os dezassete, ou faziam para já a eleição dos oito e depois, faziam a eleição dos dezassete. Confirmou que aquele era um assunto que desconhecia e, por aquela razão, pedia ajuda. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** disse que não tinha tido a oportunidade de discutir aquele assunto com o CDS-PP, mas quando inicialmente, tinha feito a reflexão sobre qual o melhor fórum para se poder lançar aquele tema, o Conselho Municipal de Segurança, na altura, apresentou-se-lhes como um fórum importante, mas tinha duas grandes limitações.... -----

----- **A Senhora Presidente** interrompeu, dizendo que não punham em causa que se convocasse o Conselho Municipal de Segurança. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** referiu que não estava a falar sobre aquela questão, estava a referir-se à questão dos *timings*. -----

----- Continuou, dizendo que era uma área que não era controlada diretamente, pela Assembleia Municipal, portanto estariam sempre dependentes de um agendamento que não dependia da Assembleia, tinha a ver com elementos externos à própria Assembleia Municipal. E, depois, em segundo lugar, uma dimensão mais pragmática e que era a questão da eleição dos representantes. Tinham que, de repente, andar a correr à procura de dezasseis nomes, mais oito nomes, para depois precipitarem uma eleição na tentativa de acelerar tudo aquilo. -----

----- Julgava que ficariam a ganhar se pudessem desenvolver aquele processo com a tranquilidade que era merecida, ao indicar as dezasseis pessoas, pensar quais seriam as pessoas a indicar, do que estarem confrontados e sob pressão, face a um calendário, estar a escolher oito Presidentes de Junta, mais dezasseis pessoas, etc. -----

----- E o que estava a dizer era que em termos de urgência e de matéria, uma não prejudica a outra. Portanto, o que sugeria era que não andassem a correr, relativamente à questão do Conselho Municipal de Segurança, porque os partidos iriam querer fazer uma reflexão sobre as pessoas a indicar, e tudo o resto. -----

----- Se tinham a oportunidade de lançar o debate temático, isso seria uma honra. -----

----- Só para terminar, referiu que acolhia a sugestão dos Deputados Independentes. Tinham responsabilidade enquanto agentes políticos, pelo que estava de acordo e agradecia o contributo e o compromisso que iriam assumir era que durante aquela semana o PSD iria fazer chegar a todos os Grupos Municipais aqueles elementos, e a Senhora Presidente iria fazer o favor de distribuir, e estavam totalmente disponíveis para, no âmbito da construção daquele debate temático que se pretendia alargado, se existissem sugestões por parte dos Grupos Municipais que gostassem de ver incluídas determinadas entidades, ou indivíduos, ou personalidades, que estivessem presentes, o PSD, com certeza, incluiria as sugestões apresentadas. -----

----- **A Senhora Presidente** resumindo, disse que o CDS-PP iria apresentar uma proposta no que respeitava ao Conselho Municipal de Segurança, que a Assembleia deliberasse a convocação do referido Conselho. Achava que não ficaria mal se, na mesma reunião,



fossem designados, pelo menos, as Juntas de Freguesia. Retificou, de seguida, dizendo que tinha de ser todos designados de uma vez, em simultâneo. -----

----- Então, disse que era nos termos que o CDS-PP tinha proposto. Convocava-se o Conselho Municipal de Segurança com quem lá estava, até que houvesse novos designados. Logo se via, disse. -----

----- Não tinham ali a Câmara, pelo que ficariam a aguardar. Poderia fazer diligências junto do Senhor Presidente da Câmara no sentido de saber se estaria a pensar convocar o referido Conselho, dando-lhe conhecimento que a Assembleia Municipal estaria interessada que o fizesse. -----

----- Entretanto, havia o Debate Temático com o título Segurança e Qualidade de Vida Noturna na Cidade de Lisboa, sendo que o ideal, se iriam ter sessão no dia catorze de novembro, seria muito bom que naquele dia pudessem aprovar o modelo e o debate. Portanto, agendaria aquele debate temático com o formato que o Senhor Deputado iria fazer chegar, sendo certo que aquele formato, ainda, iria ser apreciado em Conferência de Representantes da próxima semana, antes da decisão da Assembleia, portanto, poderiam fazer alterações ao formato. -----

----- Referiu que tinha dado umas datas alternativas, vinte e oito de novembro e cinco dezembro.-----

----- A experiência que tinha dos debates temáticos, decidir-se numa semana, e na semana seguinte iniciar o debate temático, não era muito funcional, pois não tinha tempo de convidar todos. Se conseguissem aprovar a realização do debate temático no dia catorze, no dia vinte e oito talvez já tivessem pessoas convidadas. Tinha duas sessões, poderiam ser aquelas duas, e esgotavam o assunto, ou já se iniciava um novo debate temático, mas o melhor era despachar primeiro, aquele assunto. Até ao Natal faziam aquele, e arrancavam com o outro em janeiro e, entretanto, chamava os subscritores da Carta de Lisboa para que a pudessem ajudar a pensar no melhor formato, levava-se ali o formato e ficava, depois, para janeiro. Até porque os debates temáticos tinham de ter relatórios, relatores, enfim, toda uma recolha a fazer. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** dava uma pequena contribuição relativamente ao PSD, que estava ali a perguntar à Câmara que não estando presente, estava ali outros elementos, que existia um coordenador de uma unidade técnica contra o ruído que talvez fosse interessante envolver, naquela discussão do debate temático. Gostaria de deixar aquela sugestão. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que o calendário, das reuniões, já o tinham visto. Em princípio iriam trocar, ou seja, dia catorze era a reunião extraordinária com declarações políticas. Portanto, na próxima semana seria sessão extraordinária com declarações políticas, para que pudesse haver intervenções políticas dos Senhores Deputados Municipais.-----

----- No dia vinte e um, iniciariam a sessão ordinária com o que houvesse. Iriam ter declarações políticas e na semana seguinte, PAOD, mas não havia qualquer problema. -----



----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** disse que na anterior reunião, o BE tinha suscitado a questão do agendamento, para Plenário, de várias petições que estavam a aguardar. Perguntou para que dia ficariam tais documentos.-----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que não queria agendar as petições simplesmente, porque as comissões ainda não estavam constituídas e, por aquela razão, não poderiam analisar as petições. Teriam de ser agendadas. Em qualquer daquelas sessões, ordinárias, ou extraordinárias, podiam agendar petições. No regimento anterior eram só agendadas nas ordinárias. Mas no atual Regimento poderia ser, quer nas ordinárias, quer nas extraordinárias. Assim que as comissões estivessem constituídas e iniciassem o seu funcionamento, iria solicitar às comissões que pegassem imediatamente, nas petições que estivessem penduradas, que iniciassem o contacto com os peticionários e, depois, veriam. -

----- Referiu, para conhecimento de todos, que tinha recebido no passado dia três, sexta-feira, não sabia se tinha sido distribuído por todos, ou não, provavelmente, não tinha sido porque achava aquilo caricato. E passou a explicar. -----

----- Na sexta-feira, às dezasseis horas e dezassete minutos, tinha recebido um *email* do Gabinete do Senhor Presidente da Câmara por causa das entradas para a Web Summit, a dizer que não sabiam se poderiam arranjar entradas porque, ainda, estava em negociações, e porque a Assembleia, ainda, não tinha informado quem é que eram os líderes dos grupos. -----

----- Referiu a Senhora Presidente em jeito de resumo, não tinha ido a tempo, de falar com os interessados, e de levar o assunto, ali. -----

----- Da sua parte, alertou a própria, mandou dizer que não ia, e que se recusava a ir pois tinham sido muito maltratados no Web Summit anterior. Não tinha havido protocolo para os receber, nem lugares para se sentarem, tinham ficado em pé, ficou duas horas para conseguir ter um qualquer cartão de acesso, pelo que, não queria sujeitar ninguém àquele tratamento, tendo tomado a decisão de dar a informação ali, correndo o risco de receber críticas dos presentes por não ter dado informação na sexta-feira, que foi quando a mesma tinha chegado. Pedia desculpa por aquela situação. Só tinha visto o *email* à noite, quando chegou a casa. E no fim de semana, desligou de tudo. -----

----- Sabia que o CDS-PP queria ir e não sabia se tinha conseguido resolver o problema. ---

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** respondeu que tinha levantado a questão, como no ano anterior tinham lutado muito para conseguirem uma credenciação por cada grupo, por aquela razão tinha enviado um *email* à Senhora Presidente para saber se a Câmara se tinha esquecido, uma vez mais, deles. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que tinham recebido um convite que, ainda, não tinha visto para uma receção à Diáspora Portuguesa presente na Web Summit, e aquele convite era da Câmara e não da organização da Web Summit, era um convite para uma receção, no dia seguinte, às sete horas, nos Paços do Concelho. Aquele convite tinha sido enviado a todos os grupos. Se alguém não tinha recebido, iria perguntar ao seu gabinete se por ventura tinha ficado pendurado num daqueles correios electrónico novos que se tinham criado, e que ninguém tivesse aberto. -----



----- Informou que tinha de falar com o protocolo, informando quais eram os novos *emails* dos Grupos Municipais. Provavelmente, ainda não tinha sido feito. O Protocolo tinha uma lista de convites para a Tomada de Posse que não tinha explicação, a qual tinha sido toda revista pelo seu gabinete, e que só tinha disparates, pessoas que já tinham falecido, enfim, era preciso ter respeito pelas pessoas. -----

----- Referiu que dali a uma semana estariam reunidos, novamente, e a Luísa Jacobetti tinha um pedido a fazer aos Deputados Municipais que estavam pela primeira vez. -----

----- **A Assessora Luísa Jacobetti** solicitou que os novos Deputados Municipais fossem fotografados, pois tinha andado à procura de fotografias dos mesmos, no fim de semana, e era possível que não gostassem das fotos que tinham sido, entretanto, colocadas no *site*, sendo que se fosse aquele o caso, poderiam substituí-las. -----

----- Pediu aos novos Deputados que fossem fotografados na primeira sessão, no dia catorze, para que ficassem as fotos uniformizadas no *site*. -----

----- **Durante a reunião** foram distribuídos os seguintes documentos que se anexam à presente ata e dela fazem parte integrante: -----

Doc 1 – Proposta de apoio técnico e político aos Grupos Municipais e Deputados Independentes; -----

Doc 2 – Proposta de atualização da grelha B do Regimento – grelha do PAOD; -----

Doc 3 – Proposta da criação de um Grupo de Trabalho para a revisão do Regimento para o mandato 2017-2021; -----

Doc 4 – Número e âmbito do elenco das Comissões Permanentes para o mandato 2017-2021, e eventuais propostas de alteração; -----

Doc 5 – Convocação de reunião extraordinária do Conselho Municipal de Segurança de Lisboa (proposta do CDS-PP); -----

Doc 6 – Debate Temático sobre a Insegurança Noturna na Cidade de Lisboa (proposta do PSD); -----

Doc 7 – Calendário das reuniões da AML, até ao final de 2017. -----

----- Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas dezasseis horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pelos membros que compõem a Mesa. -----

A Presidente _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____